



COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

COMISSÃO EXECUTIVA - Av. Afonso Pena, 1420 - 3º andar - CEP: 30.130-005

Belo Horizonte - Minas Gerais - *email: colpres@tjmg.gov.br*

Telefone: (0**31) 3237-6509 / 3237-6420 – Fax: (0**31) 3237.6811 / 3237.6276

DECLARAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

No ENCONTRO NACIONAL DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, realizado no Estado do Rio de Janeiro, nos dias 3 e 4 de setembro de 1993, foram aprovadas as seguintes conclusões:

1 - Reafirmar, como matéria de indisponível interesse social e institucional, que considera a pretendida criação de órgão de controle externo do Poder Judiciário incompatível com o princípio de independência entre os Poderes de Estado.

2 - Repudiar, veementemente, toda forma de constrangimento à magistratura nacional, sobretudo quando praticada com o propósito de intimidação e comprometimento da independência dos Juízes.

3 - Aprovar a supressão da expressão “processual” no inciso I, do art. 22 da Constituição Federal e acrescentá-la ao inciso I, do art. 24 da Constituição Federal.

4 - Nas infrações penais que cometerem, civis, policiais militares e bombeiros militares devem ser julgados pela Justiça comum de maneira uniforme, inclusive quanto à imposição de penas.

5 - Aprovar acréscimo ao inciso IV do art. 60 da Constituição Federal, atribuindo ao Supremo Tribunal Federal competência para apresentar ao Poder Legislativo projeto de Emenda Constitucional relativo à matéria de interesse institucional e atinente às funções do Judiciário.

6 - Aprovar a alteração do art. 93, inciso II, alínea “b”, da Constituição Federal, prevendo que possa ser promovido, por merecimento, o Juiz que integre a primeira metade da lista de antiguidade na respectiva entrância.

7 - Propor a seguinte redação para o art. 5º, LXXI, da Constituição Federal: “LXXI - conceder-se-á mandado de injunção, assegurando-se o exercício dos direitos constitucionais não regulamentados, competindo ao Juiz ou Tribunal definir as condições para a satisfação efetiva do direito reclamado e determiná-la imperativamente”.

8 - Acolher a idéia de efetiva atualização dos Precatórios, nos termos da proposta do Ministro Pádua Ribeiro, sobre a qual haverá deliberação final no próximo Encontro.



COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

COMISSÃO EXECUTIVA - Av. Afonso Pena, 1420 - 3º andar - CEP: 30.130-005

Belo Horizonte - Minas Gerais - *email: colpres@tjmg.gov.br*

Telefone: (0**31) 3237-6509 / 3237-6420 – Fax: (0**31) 3237.6811 / 3237.6276

9 - Sobrestar o exame da seguinte matéria, para mais aprofundada meditação dos Tribunais: suprimir as alíneas “a” e “b”, do inciso III, do art. 105 da atual Constituição, adiada para exame conjunto com o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, a ser convidado para o próximo Encontro.

10- Sobrestar o exame da questão de vencimentos da magistratura estadual para a reunião de Brasília, após entendimentos com a AMB (Associação do Magistrados Brasileiros), e, se for o caso, com os Tribunais Superiores.

11- Confirmar a Comissão Executiva do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça para representá-lo perante o Congresso Nacional, com poderes, inclusive, para convocar Juízes para assessoramento e atuar nas diversas regiões do País.

Rio de Janeiro, 03 de setembro de 1993.

Seguem assinaturas.